


 DIA DA MÃE

Famílias em vias de extinção

Dificuldades financeiras, instabilidade profissional ou falta de tempo são algumas das explicações para a constante diminuição dos agregados familiares. Os europeus querem ter mais filhos mas os apoios não são suficientes



As conclusões do Censos 2001 não deixam margem para dúvidas: entre 1991 e 2001, o número de casais com filhos em Portugal diminuiu em cerca de 3,1 por cento. Os dados recolhidos e analisados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) tomam-se ainda mais preocupantes quando se constata que, à data do inquérito, o número médio de filhos ou netos nos núcleos familiares rondava os 1,6.

Ora, num relatório recentemente publicado, intitulado *Confrontando a Alteração Demográfica: Uma Nova Solidariedade entre as Gerações*, a Comissão Europeia (CE) recomenda o "regresso ao crescimento demográfico" e alerta que "em todos os países europeus, o índice sintético de fecundidade está abaixo do valor mínimo para renovar a população", isto é, cerca de 2,1 crianças por mulher, tendo diminuído para 1,5 em muitos dos Estados-membros.

Fernando Ribeiro e Castro, presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), não podia estar mais de acordo, pois "são os países com uma pior política familiar - Portugal, Espanha, Itália e Grécia - que têm pior taxa de natalidade". No caso português, "começámos a ficar abaixo dos 2,1 em 1982, ou seja, há 23 anos. O Governo já teve tempo de se aperceber que temos um enorme vazio demográfico", explica.

"Abono é uma miséria"

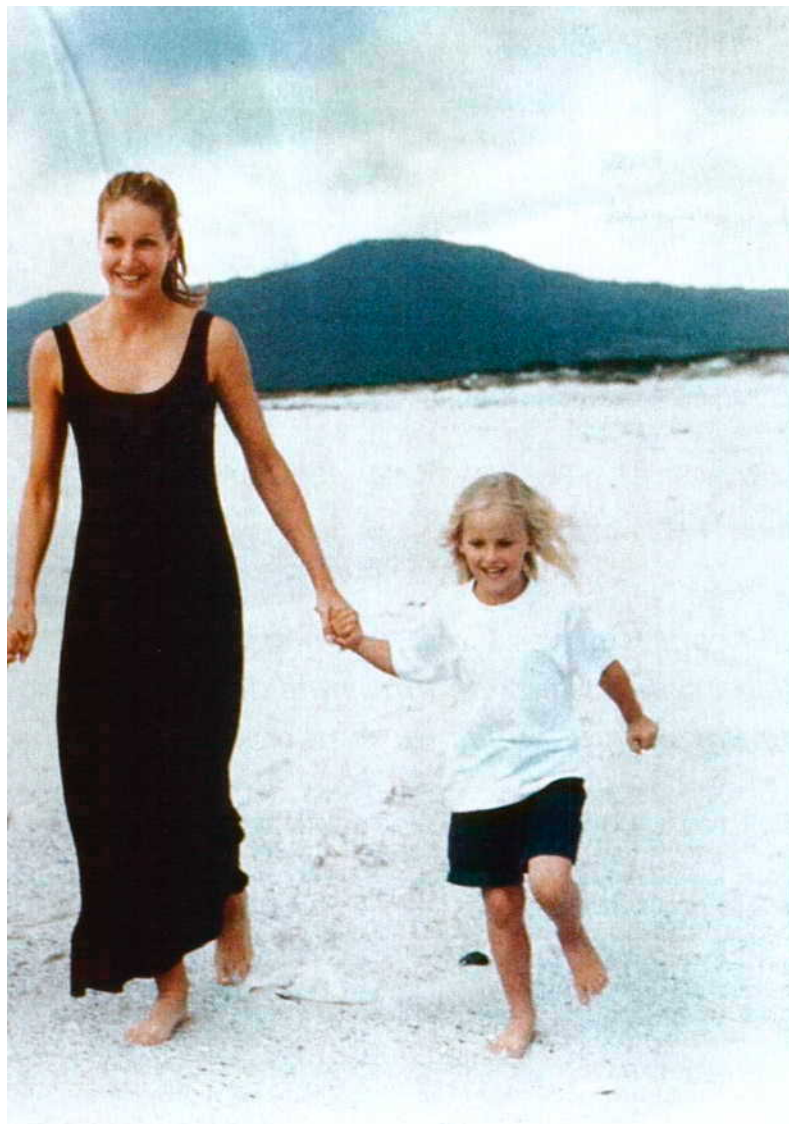
Com "perto de 3900 sócios, o que corresponde a cerca de 2000 famílias", a APFN, criada há precisamente seis anos, bate-se pela adoção de medidas de apoio às famílias, nomeadamente ajudas monetárias. "Temos uma política familiar desastrosa", desabafa o presidente da associação, denunciando que "o abono de família, em Portugal, é uma verdadeira miséria e

uma ofensa às famílias portuguesas, além de um enorme contraste relativamente aos outros países europeus." Uma das soluções, em seu entender, passa pela aplicação "do mesmo critério que foi seguido na actualização das propinas das uni-

"Temos um enorme vazio demográfico"

versidades, o que fará com que as famílias passem a receber 120 euros mensais, por filho, independentemente da sua situação económica". Desejo, por agora, meramente utópico, ainda que, segundo Fernando Castro, fique "abaixo da média nos países europeus, que ronda os 150 euros por mês".

Benefícios familiares, licença parental e facilidade na aquisição de habitação são algumas das sugestões avançada pela CE a, fim dos Estados resolverem esta problemática, até porque, de acordo com o relatório acima referido, os europeus apenas não têm mais



OS 10 MANDAMENTOS DAS FAMÍLIAS NUMEROSAS

1. A vida humana deve ser respeitada, reconhecida e protegida desde o momento da concepção até à morte natural;
2. A família é a primeira comunidade natural da sociedade, anterior ao próprio Estado, pelo que este deve estar ao serviço da família;
3. A família é o lugar próprio e natural, onde a criança tem o direito a nascer e a crescer, a ser amada, protegida e educada;
4. A família tem direito a escolher a educação que pretende dar aos seus filhos, cabendo ao Estado assegurar esse direito;
5. A sociedade será tanto mais humana, solidária e desenvolvida quanto mais famílias estáveis e felizes houver;
6. As famílias constituídas de forma estável e equilibrada são a melhor prevenção e antídoto natural contra a droga, violência, marginalidade e outras disfunções da sociedade;
7. Os valores sobre os quais assentam as sociedades – respeito, tolerância, amor, solidariedade, justiça, verdade, liberdade e responsabilidade – aprendem-se, sobretudo, na família, pelo exemplo e pela educação;
8. O Estado deve apoiar, estimular e promover a família, respeitando a sua identidade e individualidade, bem como o princípio da subsidiariedade;
9. As famílias numerosas têm direito ao respeito e apreço de todos, pelo papel indispensável, real e concreto que desempenham no equilíbrio e renovação da sociedade;
10. As famílias numerosas têm direito a viver com dignidade, competindo ao Estado garantir esse direito através de políticas adequadas, nomeadamente no campo da saúde, da habitação e da educação.

filhos porque as famílias não encontram um ambiente propício para que tal aconteça.

Na primeira pessoa

Como presidente da APFN, Ribeiro e Castro é o primeiro a dar o exemplo: tem 13 filhos! Um "projecto antigo", que o obrigou a, tanto a ele como à mulher, "enquanto estudantes, termos boas qualificações e obtermos facilidade de arranjar trabalho razoavelmente remunerado. Casei-me em 1973. Nessa altura ganhava 3200 escudos, bem acima da média dos salários em Portugal, e o abono de família era mais de 300 escudos", recorda, avançando que "hoje, não ganho mal, mas, com tantas bocas em casa, o rendimento *per capita* é baixo e obriga a uma grande disciplina".

Em muitos casos de famílias numerosas, como no do entrevistado, "é natural que um dos elementos do casal, normalmente a mulher, saia do mercado de trabalho para ser mãe, esposa e gestora do lar a tempo inte-

ro", explica o presidente da APFN. Trata-se de uma "opção do casal", adianta Fernando Castro, muitas vezes "dolorosa", pois implica alterações de rotina e de carreira para ambos os progenitores.

"Chefas" de família!

No que toca ao perfil das famílias numerosas, o presidente da associação que as representa revela que "a esmagadora maioria são quadros médios e baixos. Famílias em que os pais não podem correr o risco de ser despedidos e fartam-se de trabalhar em casa. Cozinham, limpam... não têm pessoal doméstico".

Convicto da importância do papel feminino na família, Ribeiro e Castro alega que a "maioria das famílias monoparentais é composta pela mulher". De facto, segundo o Inquérito à Fecundidade e Família (IFF), as famílias monoparentais constituídas por mães com filhos e sem cônjuge são sempre superiores às de pais com filhos e sem cônjuge. ■

As famílias monoparentais estão a aumentar e a esmagadora maioria é composta pela mulher



